



**Universidade Federal de Ouro Preto
Instituto de Ciências Humanas e Sociais
Licenciatura em História**

Monografia

**A representação das classes populares na obra “História da
Independência do Brasil” de Francisco Adolfo de Varnhagen**

Tainara Aparecida de Carvalho

Mariana - MG

2024

Tainara Aparecida de Carvalho

A representação das classes populares na obra “História da Independência do Brasil” de Francisco Adolfo de Varnhagen

Monografia apresentada à Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) como parte das exigências do curso de História para obtenção do título de Licenciada.

Orientador: Profa. Dra. Luisa Rauter Pereira

Mariana - MG

2024



FOLHA DE APROVAÇÃO

Tainara Aparecida de Carvalho

**A Representação das Classes Populares na Obra *História da Independência do Brasil*
de Francisco Adolfo de Varnhagen**

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura em História da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de Licenciado em História

Aprovada em 07 de fevereiro de 2024

Membros da banca

Doutora Luisa Rauter Pereira - Orientador(a) (Universidade Federal de Ouro Preto)
Doutor - Valdei Lopes Araujo - (Universidade Federal de Ouro Preto)

Luisa Rauter Pereira, orientador do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso da UFOP em 16/02/2024



Documento assinado eletronicamente por **Luisa Rauter Pereira, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 16/02/2024, às 17:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0668697** e o código CRC **A4584944**.

AGRADECIMENTOS

O início dessa jornada não foi fácil. A escolha, cursar História, não agradou, “quanto potencial desperdiçado”, diziam. A decisão de estudar fora também não foi bem recebida por alguns, “valeria mais a pena se ela seguisse a área de Medicina...”, mas aos 17 anos, curiosamente, eu sabia exatamente o que eu queria. Em um dia chuvoso de março de 2020, me lembro como se fosse ontem, saí de casa em direção ao ICHS, pois era meu primeiro dia de aula. Esse lugar, naquele momento, era sinônimo de novas possibilidades, mas hoje, após alguns anos, ganhou outros significados. Palco de encontros e desencontros, se tornou casa.

Importante agradecer às pessoas que fizeram parte desse percurso. Por mais que o diploma de graduação seja uma conquista pessoal, foi somente com o apoio de amigos e familiares que consegui chegar até aqui.

Meus pais, Silvia e José Agostinho, mergulhados no anseio de me proporcionar o que eles não tiveram, sempre me apoiaram. Mesmo sem ainda saber escrever, ganhava cadernos e lápis de cor; quando já estava na escola, eles não mediam esforços para me oferecer os melhores materiais escolares; no Ensino Médio, se dispuseram, mesmo com dificuldades, a pagar um curso de inglês para mim na cidade vizinha. Além disso, dedicaram tempo aos meus estudos. Seja me levando para a escola quando o ônibus disponibilizado pela prefeitura não buscava ou me ensinando as tarefas de matemática, nesse caso, lidando com a minha pouca aptidão com números, eles deram importância aos meus estudos. Durante a graduação, mais do que apoio financeiro, eles representavam o lar que deixei para trás em busca de um sonho, mas que sempre estaria disposto a me receber novamente. Agradeço também ao meu irmão, Luis Gustavo, pela companhia na época da pandemia. A experiência de estudar online se tornou mais suportável graças aos momentos que dividimos em frente à TV. Obrigada por tudo! Amo vocês!

Minha casa em Mariana, a República Luluzinhas, também faz parte dessa conquista. Conviver com 7 desconhecidas foi uma aventura, mas que só me trouxe coisas boas. Além de ter com quem desabafar sobre a faculdade, foi muito bom aprender a ser adulta junto com vocês. Carol, Mari, Letícia, Luisa, Samantha, Tainara, Fabiana, Vitória, Yasmim e Duda, obrigada por todo o carinho. Vanessa e Ellen, obrigada por acolherem aquela Tainara extremamente tímida que chegou em Mariana cheia de curiosidades lá em 2020. Foram muitos rocks, muitos cafés da tarde regados a bastante fofoca e muitas adversidades que vivemos juntas na nossa casinha azul. Realmente essas meninas vão deixar saudade.

Às colegas de curso, Clarissa, Sarah e Bia, agradeço pelos momentos que tivemos juntas. Enfrentar esse mundo acadêmico tão complexo contando com o apoio de vocês foi muito importante para mim. Felipe, carinhosamente chamado de Casquinha, também foi uma pessoa especial que conheci durante a graduação. Obrigada por sempre visitar as Luluzinhas e trazer um pouco de leveza aos nossos dias.

Pedro, agradeço pelo seu companheirismo e compreensão. Durante a elaboração desta monografia eu passei por altos e baixos, chegando a duvidar da minha capacidade de realizar essa tarefa, mas ele sempre estava presente me incentivando. Amo você!

Agradeço a todos os professores que marcaram minha trajetória, especialmente à minha orientadora, Luisa Rauter. Os direcionamentos recebidos durante essa pesquisa foram fundamentais.

Por fim, gostaria de agradecer a UFOP pela formação pública de qualidade que me foi ofertada. Algumas aulas eram tão boas que, ao final, eu saía da sala com a certeza de que estava no lugar certo.

“Tudo o que existe está ameaçado pela morte, somente aqueles que a História menciona não morreram completamente, sua essência e sua vida continuarão a exercer influência enquanto ainda forem compreendidos: é somente com o apagar da memória que a verdadeira morte acontece.”

(Leopold von Ranke)

RESUMO

Este trabalho busca compreender como a questão da mobilização popular é abordada na obra *História da Independência do Brasil*, escrita por Francisco Adolfo de Varnhagen na segunda metade do século XIX. Além disso, pretende contribuir para a compreensão de que variados atores sociais foram importantes para o processo de Independência, normalmente visto pela sociedade brasileira como elitista. Analisou-se, através de trechos das fontes selecionadas que se referem a movimentos populares, a abordagem do autor com relação a essa temática. Em um primeiro momento, a obra *História da Independência do Brasil* tornou-se o foco da pesquisa, mas, com o objetivo de verificar se o padrão encontrado nela se repete em outros trabalhos do autor, em um segundo momento, utilizou-se alguns trechos da *História Geral do Brasil*. Com base nessa análise, tornou-se possível comprovar como Varnhagen guiava-se por seus interesses, pelo seu comprometimento com os propósitos nacionalistas do Estado, ao escrever. Também confirmou-se, a partir da comparação dos trechos das duas obras analisadas, a inexistência, entre elas, de diferenças profundas na abordagem do autor. Ao final, concluiu-se que o apagamento da atuação política das classes menos abastadas da sociedade nos trabalhos de Varnhagen não era explícito, embora o historiador use de forma recorrente a palavra “povo” em suas obras, é nas entrelinhas que se esconde o caráter conservador de sua narrativa.

Palavras-chave: Historiografia; Varnhagen; Movimentos populares.

ABSTRACT

This work seeks to understand how the issue of popular mobilization is addressed in the work *História da Independência do Brasil*, written by Francisco Adolfo de Varnhagen in the second half of the 19th century. Furthermore, it aims to contribute to the understanding that various social actors were important for the independence process, normally seen by Brazilian society as elitist. The author's approach to this theme was analyzed, through excerpts from selected sources that refer to popular movements. Initially, the work *História da Independência do Brasil* became the focus of the research, but, with the aim of verifying whether the pattern found in it is repeated in other works by the author, in a second moment, some excerpts were used from the *História Geral do Brasil*. Based on this analysis, it becomes possible to prove how Varnhagen was guided by his interests, by his commitment to the nationalist purposes of the State, when writing. It was also confirmed, from the comparison of excerpts from the two works analyzed, that there were no profound differences between them in the author's approach. In the end, it is concluded that the erasure of the political action of the less well-off classes of society in Varnhagen's works was not explicit, although the historian recurrently uses the word “povo” in his works, it is between the lines that the conservative nature of his narrative is hidden.

Keywords: Historiography; Varnhagen; Popular movements.

SUMÁRIO

1 - INTRODUÇÃO.....	8
1.1 - Aspectos metodológicos.....	10
2 - CONTEXTO HISTORIOGRÁFICO DO OITOCENTOS.....	11
2.1 - Historiografia no século XIX e a nação.....	11
2.2 - Historiografia brasileira no século XIX.....	15
3 - AS OBRAS DO VISCONDE DE PORTO SEGURO.....	18
3.1 - Análise da História da Independência do Brasil de Varnhagen.....	18
3.2 - Um vislumbre da História Geral do Brasil de Varnhagen.....	24
4 - CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	28
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	30
ANEXOS.....	32

1 - INTRODUÇÃO

O Brasil do século XIX, responsável por abrigar a família real portuguesa fugida das tropas napoleônicas e toda a estrutura de governo do Império lusitano, precisou se reorganizar para se adaptar à sua recém-adquirida condição, ao novo status recebido, deixando de ser uma simples colônia e se tornando Reino Unido a Portugal e Algarves. Sofrendo um grande impacto por conta dessas mudanças, a vida intelectual brasileira se enriqueceu, o que permitiu que áreas de estudo antes carentes no país pudessem se instalar definitivamente e desenvolver suas atividades. Nesse cenário, a História ganha importância por ser uma das modalidades de escrita privilegiadas para a construção da nação, que, no caso brasileiro, deveria unir todos os cidadãos em torno de uma consciência nacional e histórica, permitindo que uma unidade até então precariamente disponível pudesse ser imaginada. A interpretação feita pelos historiadores da época celebrava o legado europeu, que tinha como base uma visão conciliatória, autoritária e conservadora, não deixando espaço para a participação de atores sociais importantes, como os escravizados, os indígenas e as mulheres, considerados, nessa conjuntura, como um público historicamente irrelevante. A partir dos trabalhos que surgiram nesse período e que tentavam atribuir um sentido à nação que se formava, escritos por homens brancos e da elite, a identidade do país se formou, não levando em conta a contribuição dos povos que derramaram muito sangue e suor para construí-lo.

Nesse contexto, surge a obra de Francisco Adolfo de Varnhagen (1816-1878), o Visconde de Porto Seguro, considerado um dos pilares da cadeia historiográfica. Sem se identificar com uma corrente teórica determinada, o historiador priorizava o estabelecimento da verdade histórica por meio do trabalho nos arquivos, da objetividade narrativa e uma certa noção de imparcialidade. Apesar desses princípios, o autor tinha dificuldade em respeitar a distinção entre sujeito e objeto de pesquisa, sem conseguir se ocultar no texto, como Temístocles Cezar destaca em seu livro *Ser historiador no século XIX: O caso Varnhagen* (Cezar, 2018).

Nascido em São João de Ipanema, filho de um engenheiro militar alemão contratado pela Coroa e de uma portuguesa, Varnhagen passou a maior parte de sua vida fora do Brasil, já que trabalhava como diplomata para o Império, ocupação que lhe permitia desfrutar das condições ideais para realizar seu trabalho de historiador: o tempo e as viagens.

Ao viajar, [...], via a história, porém sempre com esse olhar distanciado de quem viveu praticamente toda a vida fora de seu país. Estar longe da nação e ter como

meta contar sua história; estar longe da nação e ter que consolidar sua nacionalidade como brasileiro, eis o dilema da vida e da obra varnhageniana (Cezar, 2018, p. 30).

A despeito desse impasse, Varnhagen publicou obras relevantes sobre o Brasil: *História Geral do Brasil*, seu trabalho de maior destaque, e a *História da Independência do Brasil*, publicada somente em 1916 pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), sendo uma obra póstuma. Suas produções tem como ponto de articulação a chamada “retórica da nacionalidade”, conjunto de estratégias discursivas utilizadas para persuadir os brasileiros de que todos compartilham de um passado comum, possuindo a mesma origem e identidade, o que demonstra o seu comprometimento com os propósitos nacionalistas do Estado. Em um trabalho que busca analisar a representação das classes populares na *História da Independência do Brasil*, essa questão citada se torna uma forte hipótese para o possível pouco destaque dado a esse grupo nesse escrito. Além disso, a posição social de Varnhagen, servidor público em um cargo proeminente, e sua relação com o Imperador D. Pedro II, que envolveu a troca de muitas cartas, também podem ser considerados fatores que influenciaram a abordagem adotada pelo historiador com relação aos movimentos de caráter popular.

A partir dessas hipóteses e dos resultados das análises dos escritos de Varnhagen, será atingido o objetivo principal dessa produção: compreender como a questão da mobilização popular é abordada pelo autor em sua obra, tanto no que diz respeito à sua tematização, quanto ao seu apagamento, tão comum na historiografia brasileira do século XIX. Pretendemos abordar essa questão através de uma investigação sobre a construção político historiográfica realizada por Varnhagen da Independência do Brasil, episódio tão importante da história do país. Assim, buscamos contribuir para a compreensão de que variados atores sociais foram importantes para o processo de emancipação, normalmente visto pela sociedade brasileira como elitista, e entender como o conceito de “fato histórico” se transformou em relação à tradição historiográfica colonial e do Antigo Regime, passando a englobar de um modo bastante específico eventos relacionados aos movimentos populares.

Em um contexto de grande produção acadêmica sobre o papel das camadas populares na história do Brasil, fica evidente como é relevante reavaliar a historiografia clássica sobre a emancipação brasileira produzida no século XIX, questionando as narrativas encontradas nas obras canônicas e contribuindo para o desenvolvimento de novas interpretações sobre o período. Além disso, com relação ao processo de abertura dos canais de escrita da história para grupos antes excluídos, que se deu de forma muito lenta, ainda estando muito longe de ser concluído nos dias de hoje, acredito ser importante olharmos para as raízes desse problema, o que torna a tarefa de analisar criticamente as obras dos historiadores oitocentistas

ainda mais relevante. Por fim, o retorno de uma perspectiva ultra conservadora da história nos dias de hoje, que dissemina conteúdo negacionista e anti-intelectualista na internet, distorcendo fatos históricos e espalhando teorias conspiratórias, faz com que esses trabalhos de análise ganhem uma nova importância, já que questionar o que foi produzido no passado e fazer novas reflexões pode ajudar a desmentir falácias espalhadas na atualidade. Realizar essas conexões entre passado e presente é indispensável, principalmente em um país que ainda reproduz discursos que deveriam ter sido superados há muito tempo.

1.1 - Aspectos metodológicos

Essa pesquisa pretende analisar o tratamento dado às mobilizações populares dentro da obra *História da Independência do Brasil* de Varnhagen, além de realizar um paralelo com outros trabalhos do autor que citam movimentos de caráter semelhante. Para tanto, serão selecionados os trechos que se referem a essa temática dentro das fontes selecionadas. Em um primeiro momento, irei me debruçar sobre as narrativas encontradas na *História da Independência do Brasil*, buscando compreender qual o papel atribuído por Varnhagen às movimentações que envolviam os grupos menos abastados da sociedade. Em uma segunda parte, darei mais atenção a outros trabalhos do escritor, como a *História Geral do Brasil*, com o objetivo de verificar se o padrão encontrado na primeira obra analisada se repete em outros escritos do autor.

2 - CONTEXTO HISTORIOGRÁFICO DO OITOCENTOS

2.1 - Historiografia no século XIX e a nação

As nações, no sentido em que nós a compreendemos, surgiram recentemente na história. Sua criação não teve respaldo em experiências da Antiguidade, já que os grandes impérios desse período, com sua larga extensão territorial e numerosa população, não pretendiam unir todos os cidadãos em torno de uma única língua e cultura, criando uma identidade nacional. Segundo Anderson (2008), foi no século XIX que esse modelo surgiu, se constituindo como resposta à revolução filológica-lexicográfica, motor da difusão da convicção de que as línguas eram propriedades pessoais de grupos específicos, e aos movimentos nacionalistas na Europa, responsáveis por criar dificuldades políticas para muitas dinastias, incapazes de utilizar sua condição nacional para legitimar seu poder, pois governavam povos de várias etnias.

Nesse contexto, com as “naturalizações” das dinastias europeias, que passaram a adotar uma nacionalidade, os Romanov, por exemplo, se descobriram grão-russos; e com o prestígio que a ideia nacional ganhava em toda a Europa, surgiram os chamados “nacionalismos oficiais”:

Esses "nacionalismos oficiais" podem ser explicados como uma maneira de combinar a naturalização e a manutenção do poder dinástico, em especial sobre os imensos domínios políglotas amealhados desde a Idade Média, ou, dizendo de outra forma, de esticar a pele curta e apertada da nação sobre o corpo gigantesco do Império (Anderson, 2008, p. 131).

Nesse novo mundo das nações, era necessário que cada território determinasse seu patrimônio, dessa forma, muitas áreas do conhecimento foram designadas para essa difícil função, como a filologia, a etnoarqueologia e a história. Sobre a primeira, ao serem estabelecidas as línguas nacionais, os filólogos tiveram que atribuir textos de vernáculos remotos, alguns com mais de mil anos, a essas línguas, tomando-os, assim, como antigos monumentos de sua respectiva nação. Além disso, esses intelectuais conseguiram elaborar as regras para as mudanças sistemáticas das línguas, permitindo a reconstrução hipotética de vernáculos de épocas pré-históricas. A etnoarqueologia, por sua vez, foi responsável por buscar evidências concretas das especificidades culturais do povo em questão, trabalho que envolvia a descoberta de artefatos por arqueólogos, objetos com traços distintivos que permitiam relacionar uma língua a um povo específico que compartilhava costumes e valores comuns. Esse campo de estudos também contribuiu para a realização de reivindicações

territoriais nos séculos XIX e XX, encorajando Estados modernos a reaver regiões de países vizinhos com base em suposições de que, originalmente, esses territórios faziam parte de seus domínios (Geary, 2005). Já sobre a história, a criação de uma narrativa única sobre o surgimento de uma nação e sua constituição possibilitou, dentro de alguns limites, pois a plena homogeneização jamais foi alcançada, a união de múltiplos povos que viviam dentro de um mesmo território em torno de uma consciência nacional e histórica, formando uma unidade. Autor responsável pela teoria de que o esquecimento é essencial para a construção das nações, visto que, os atos violentos que lhes fundaram, se lembrados, podem comprometer a nacionalidade, Renan, referência obrigatória nos estudos sobre nacionalismo, também evidencia a importância das lembranças do passado para a formação de uma identidade nacional:

A nação, como o indivíduo, é a culminação de um grande passado de esforços, de sacrifícios e de devoções. O culto dos ancestrais é entre todos o mais legítimo: os ancestrais fizeram de nós o que somos. Um passado heróico, de grandes homens e de glória (estou falando de glória autêntica) - eis aí o capital social sobre o qual repousa uma idéia nacional. Possuir as glórias comuns no passado e a vontade comum do presente; ter feito grandes coisas em conjunto, querer fazê-las outras vezes mais - eis aí as condições essenciais para formar um povo (Renan *apud* Junior Titan, 1997, p. 173).

A relevância da história para a construção das nações é tão grande que ela também está presente nas outras duas áreas do conhecimento citadas, já que a filologia, na sua tentativa de buscar as origens das línguas nacionais e criar monumentos para a nova nação, acaba resgatando textos antigos e trabalhando com outras temporalidades; e a etnoarqueologia, buscando evidências concretas da cultura de um povo, encontra nos artefatos de um passado remoto respostas para dúvidas do presente.

Nação forjada na segunda metade do século XIX, a Alemanha é um grande exemplo de como a ciência histórica tem o poder de criar um robusto discurso legitimador desses novos modelos de comunidade. Em meio ao processo de unificação, os intelectuais alemães, com o objetivo de construir uma identidade nacional, teriam se apropriado do mito do Sacro Império Romano-Germânico, que, retomado e atualizado, justificava a existência da Alemanha moderna, identificada, não por acaso, ao II Reich. Essa narrativa se tornou tão forte dentro da sociedade alemã que, mesmo após a própria unificação e à Grande Guerra, um discurso que instituiu a fundação de um III Reich, responsável por recriar os momentos de glória do povo germânico, foi tão bem aceito pela nação que levou o país inteiro novamente à uma guerra devastadora pela Europa (Magalhães, 2019). Assim, segundo Geary (2005):

Tanto em Estados fortes e hegemônicos como em movimentos pela Independência, afirmações como “nós sempre fomos um povo” são, no fundo, apelos para que se *tornem* povos - apelos sem base histórica que na verdade são tentativas de criar a história. O passado, como sempre foi dito, é um país estrangeiro, e nunca nos encontraremos por lá (Geary, 2005, p. 51, grifo do autor).

Em um diálogo intenso com a ação política, formava-se, na Alemanha, a ciência histórica. Dessa forma, Leopold von Ranke, considerado pai da historiografia científica, participava ativamente do debate político, que girava em torno da unificação alemã, dos conflitos territoriais e do nacionalismo emergente. Esse contexto marcou sua produção historiográfica, formada por obras como *História dos Povos Romanos e Teutônicos* (1824), estudo onde Ranke inaugura seu método crítico de pesquisa baseado em fontes documentais; *História da Prússia* (1847-1848), escrita em nove volumes; *História da Inglaterra* (1859-1869); *História da França* (1852-1861) e até mesmo por uma *História da Sérvia e da Turquia no século XVII* (1879). Sendo assim, nota-se como o nascimento da ciência histórica esteve muito atrelado à construção dos nacionalismos oficiais, já que ao mesmo tempo em que desvendava as origens de determinadas nações, Ranke se estabelecia como o expoente de uma nova forma de escrever a história. Ao invés de empilhar um monte de fatos e simplesmente jogá-los nas páginas, o historiador procurava realizar todo um trabalho de análise e interpretação, atribuindo aspectos científicos a um campo de estudos ainda muito ligado às tradições da Antiguidade.

Apesar de se consolidar como ciência apenas durante o século XIX, a história já vinha sofrendo transformações radicais desde o setecentos. Antes de assumir uma feição moderna, esse campo de estudos tratava de situações particulares, usadas como exemplos que orientavam as ações dos homens do presente, sendo considerado “mestre da vida”. Como a concepção do tempo entre os romanos e gregos era cíclica, ou seja, o tempo era um círculo que em determinado momento chegaria ao seu fim, mas que não consistia num fim derradeiro, convertendo-se, na realidade, em um reinício, um renascimento, havia a possibilidade do futuro repetir o passado. Porém, com a ruptura entre o espaço de experiências e o horizonte de expectativas, os princípios que norteiam a história mudam:

[...] na era moderna a diferença entre experiência e expectativa aumenta progressivamente, ou melhor, só se pode conceber a modernidade como um tempo novo a partir do momento em que as expectativas passam a distanciar-se cada vez mais das experiências feitas até então (Koselleck, 2006, p. 314).

A partir dessa mudança, surge a história singular e universal, que além de agregar histórias tidas como particulares, se tornou capaz de conferir a essa reunião de narrativas

dispersas uma coerência e uma totalidade. O evento, embora não sendo ele a própria história, passou a exigir reflexões sobre si mesmo, operação racional que só seria alcançada com a intervenção de um conhecimento fundamentado em métodos. Assim, a noção de coletivo singular mudou, significativamente, a conformação interna da história, já que o historiador passou a “produzir” história, realizando análises dos acontecimentos, avaliando suas causas, estabelecendo uma cronologia e acompanhando as circunstâncias de longo prazo (Pereira, 2014). Koselleck, historiador alemão considerado um dos fundadores e o principal teórico da história dos conceitos, destaca outro aspecto dessa novidade:

O advento da idéia do coletivo singular, manifestação que reúne em si, ao mesmo tempo, caráter histórico e lingüístico, deu-se em uma circunstância temporal que pode ser entendida como a grande época das singularizações, das simplificações, que se voltavam social e politicamente contra a sociedade estamental: das liberdades fez-se a Liberdade, das justiças fez-se a Justiça, dos progressos o Progresso, das muitas revoluções “*La Révolution*” (Koselleck, 2006, p. 52).

A construção das nacionalidades pode ser relacionada com esse período de singularizações. O trabalho dos historiadores ligados ao Estado consistia, justamente, em ordenar vários fatos desconexos e criar uma narrativa coesa sobre o surgimento da nação, mesmo que, dentro desse território, houvesse uma grande diversidade étnica e povos com suas próprias histórias. Nesse movimento, os múltiplos relatos, por exemplo, sobre o mito de fundação daquele país, foram deixados de lado em detrimento da versão oficial, imposta pelos governantes. Das várias histórias existentes fez-se a história nacional, responsável por explicar quando, como e porquê aquela nação se constituiu.

Portanto, verifica-se como, dentre outras áreas do conhecimento, a história foi a principal responsável pela construção das nacionalidades, pois grande parte dos elementos simbólicos e materiais que uma nação digna deve apresentar, como os heróis modelos das virtudes nacionais, a língua, as representações oficiais - hino e bandeira - e os monumentos culturais, são determinados a partir da história da nação em questão. Nessa simbiose entre a produção historiográfica e política de Estado, muitos historiadores receberam encomendas para produzirem obras que favorecessem o discurso nacional, reforçando a unidade existente entre diferentes povos. Além disso, a criação e a proliferação dos Institutos Históricos, entidades que fomentam pesquisas e se propõem a atuar ativamente na preservação histórico-geográfica, ao redor do globo reafirmou ainda mais a importância da história para os projetos políticos nacionalistas do século XIX. Desse modo, é evidente como “As nações modernas foram construídas de um modo bem diferente daquele que é relatado pelas histórias

oficiais. As suas origens não se perdem na noite dos tempos, nos períodos obscuros e heróicos descritos nos primeiros capítulos das histórias nacionais” (Thiesse, 2000, p. 15).

2.2 - Historiografia brasileira no século XIX

A Independência do Brasil, processo que determinou o fim do laço colonial que existia com Portugal, é vista como o grande marco fundador da nação brasileira, capaz, finalmente, de tomar as rédeas de seu destino. Embora esse consenso exista, o Brasil ainda demoraria um tempo após a emancipação para se consolidar como nação, já que durante essas primeiras décadas do Império, a grande preocupação das elites políticas era manter a integridade territorial do país. Unidade ameaçada por revoltas, como a realizada por províncias do Nordeste, que se rebelaram contra o governo e a Constituição, pretendendo criar uma República livre da Coroa, chamada Confederação do Equador; e por guerras, como a Guerra da Cisplatina, conflito que resultou na perda de territórios brasileiros. Em meio a esse contexto, já surgem as primeiras tentativas de construir um discurso nacional, representadas, aqui, pela *Historia dos Principaes sucessos politicos do Imperio do Brasil*, escrita por José da Silva Lisboa, o Visconde de Cairu, que, de forma inédita, tentou compilar os principais acontecimentos da história da nação e conceber uma História Geral do Brasil. Importante destacar como o nascimento da nacionalidade brasileira é um assunto que gera controvérsia entre os historiadores:

No entendimento de Sérgio Buarque de Holanda, não houve associação direta entre a emancipação política e o surgimento de um sentimento pátrio, contrariando a opinião de José Honório Rodrigues, para quem a Independência pode ser interpretada como o florescimento de uma nova consciência nacional. Entre as duas visões dicotômicas, Fernando Novais e Carlos Guilherme da Mota propuseram uma leitura equidistante ao afirmarem ter se tratado, o Sete de setembro, do “início de uma longa ruptura” a partir da qual emergiu, paulatinamente, a concepção da nacionalidade brasileira (Neves *apud* Salomão, 2017, p. 249).

A pintura de Eduardo de Sá, *A Fundação da Pátria Brasileira* de 1899, é uma ótima representação de como a nação brasileira deveria ser construída: unindo seus diferentes povos em torno de um único sentimento nacional.¹ A obra mostra José Bonifácio, considerado o patriarca da Independência, em primeiro plano com a bandeira do Império em seu colo, e D.

¹ As pinturas foram importantes para a formação do sentimento nacional, pois passavam de forma descomplicada a mensagem desejada, reforçando a existência de uma unidade entre o povo brasileiro e fixando no imaginário popular certas interpretações de acontecimentos históricos relevantes para o país. Destacam-se os trabalhos de Vitor Meireles, como *A primeira missa no Brasil* de 1860 e *Moema* de 1866; de Pedro Américo, responsável pela famosa *Independência ou Morte* de 1888; de François-René Moreaux, com sua *A proclamação da Independência* de 1844 e, já no período republicano, a obra *A Pátria* de Pedro Bruno.

Pedro I atrás, juntamente com os representantes das três matrizes do Brasil: o branco, o índio e uma negra, sendo esta última numa posição de submissão e inferioridade, evidenciando a ainda forte presença da escravidão no país desse momento (Pintura 1).

Pintura 1 - “A Formação da Pátria Brasileira”



Fonte: BBC (2022)

Encarregado da grande responsabilidade de tornar essa obra uma realidade, ou seja, de unir múltiplos povos em torno de uma consciência nacional e histórica, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), criado em 1838, nasceu com o objetivo de coletar e publicar documentos relevantes sobre a história do Brasil, além de incentivar a produção de trabalhos de natureza histórica, geralmente publicados na Revista do IHGB, que, circulando regularmente desde 1839, destinava-se a divulgar as obras dos membros do Instituto e de entidades congêneres do resto do mundo. A proteção do Imperador era expressa através de uma ajuda financeira, montante utilizado para custear viagens, projetos especiais, pesquisas e coleta de materiais em arquivos estrangeiros, e que, segundo Guimarães (1988), a cada ano significava uma parcela maior do orçamento da instituição. Apesar desse aspecto, alguns dos mais destacados membros do Instituto se preocupavam em não defini-lo como oficial, mas sim como uma organização científico-cultural, neutra em relação às disputas político-partidárias. Sobre a seleção dos membros do IHGB, o critério utilizado levava mais em consideração as relações sociais do candidato, seus contatos com pessoas de prestígio, do que sua produção acadêmica, atitude muito diferente da adotada pelas instituições europeias, que selecionavam seus integrantes de acordo com seus saberes.

Embora esses intelectuais se mostrassem preocupados em construir uma história capaz de unir o povo brasileiro, a interpretação feita por eles celebrava o legado europeu, que tinha como base uma visão conciliatória, autoritária e conservadora, não deixando espaço para a participação de atores sociais importantes, como os escravizados, os indígenas e as mulheres,

considerados, nessa conjuntura, como um público historicamente irrelevante. Dessa forma, pelas mãos de uma elite financiada pelo Império e apagando-se, em grande medida, mas também minimizando a contribuição das camadas populares para a formação do país, “[...] vai-se tentar dar conta da especificidade nacional brasileira em termos da sua identidade e do papel que lhe caberá no conjunto de Nações” (Guimarães, 1988, p. 15).

Comprometida com a gestação de um projeto nacional, a historiografia brasileira oitocentista enfrentou dificuldades para criar uma narrativa única de um povo tão peculiar, aspecto já apontado por José Bonifácio em carta de 1813: “... amalgamação muito difícil será a liga de tanto metal heterogêneo, como brancos, mulatos, pretos livres e escravos, índios etc. etc. etc., em um corpo sólido e político” (Bonifácio *apud* Guimarães, 1988, p. 6). A complexidade da questão levou Januário da Cunha Barbosa, secretário perpétuo do IHGB, a propor um prêmio para quem definisse melhor como a história do Brasil deveria ser escrita, que, curiosamente, foi vencido por um naturalista alemão, Carl Von Martius. Na obra premiada, o autor propõe que essa narrativa deva ser escrita com base na mistura das três raças (branca, indígena e negra), o que garantiria uma especificidade à história da nação.

A premiação outorgada ao trabalho expressa a concordância do IHGB com este projeto, que estará também presente no sentido dado por Varnhagen à sua obra histórica. Ou seja: a idéia da história nacional como forma de unir, de transmitir um conjunto único e articulado de interpretações do passado, como possibilidade de atuar sobre o presente e o futuro. A Nação como unidade homogênea e como resultado de uma interpretação orgânica entre as diversas províncias, este o quadro a ser desenhado pelo historiador (Guimarães, 1988, p. 17).

Além disso, o trabalho de Von Martius determinava como cada um dos três grupos étnicos formadores precisava ser tratado pela história: o indígena deveria ser valorizado, pois a formação de um mito nacional, assim como o mito dos cavaleiros medievais na Europa, seria importante para a criação de uma nacionalidade; o branco teria grande papel civilizador, evidente através da atuação dos bandeirantes e das ordens religiosas; enquanto o negro seria considerado uma raça que atrasava esse processo civilizatório. Embora a intenção do IHGB fosse encarregar Von Martius de executar seu projeto historiográfico, o autor recusou a tarefa. “É importante, observar, todavia, que o seu “programa” para a história do Brasil será, em linhas gerais, aquele que se corporificará com a publicação de *História nacional*, de Francisco Adolfo Varnhagen” (Guimarães, 1988, p. 18).

3 - AS OBRAS DO VISCONDE DE PORTO SEGURO

3.1 - Análise da *História da Independência do Brasil* de Varnhagen

Obra publicada postumamente em 1916, a *História da Independência do Brasil* destaca-se, segundo o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), pela pureza de suas fontes e riqueza de documentos apresentados. A pesquisa feita por Varnhagen para esse livro iniciou-se ainda durante a escrita do seu trabalho mais famoso, *História Geral do Brasil*, chegando a envolver o levantamento de periódicos e panfletos, a realização de entrevistas e a análise de correspondência diplomática de pelo menos cinco países. Sua publicação foi feita no contexto das comemorações do centenário da Independência:

[...] a *Historia da Independencia* do visconde de Porto-Seguro, com os inestimáveis adiniculos do barão do Rio-Branco, concorrerá grandemente para o brilho de tal festividade, quer por si mesma, quer fornecendo lição proveitosa e indispensavel a quem se abalance a novo trabalho sôbre os alicerces sagrados da construção definitiva de nossa amada Patria (Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1916/1917, p. 20).

O manuscrito deste trabalho inédito de Varnhagen foi encontrado entre os papéis que formavam o arquivo do Barão do Rio Branco, responsável por, conjuntamente com Eduardo Prado, advogado e escritor brasileiro, realizar várias anotações na obra. Como o acervo de Rio Branco foi adquirido pelo governo brasileiro após sua morte, Lauro Müller, ministro das Relações Exteriores na época, ofereceu os originais da *História da Independência* para o IHGB. Desse modo, foi publicada na revista do instituto a obra de Varnhagen, apresentando novos fatos e apreciações sobre a emancipação brasileira, o autor objetivava contar da forma mais completa possível a história desse acontecimento, intenção que levou-o a produzir um livro dedicado somente a esse assunto, pois na sua *História Geral do Brasil* o tema não poderia ser tratado de forma extensa.

Fazendo parte do Capítulo IV, “Regencia de D. Pedro até á entrada de José Bonifacio no Ministerio, depois do “Fico” e da partida de Avilez”, da *História da Independência*, o primeiro trecho analisado se refere a um fato específico ocorrido no processo de emancipação brasileiro: a mobilização de dez mil pessoas armadas das mais variadas classes e origens no Campo de Santana, Rio de Janeiro. Sucedido no dia 11 de janeiro de 1822, esse movimento nasceu com o propósito de enfrentar a guarnição militar portuguesa conhecida como Divisão Auxiliadora, grupo com pretensões de levar o príncipe D. Pedro à força para Portugal, onde ele seria submetido ao poder das Cortes revolucionárias.

Seja como fôr, é certo que nessa mesma noite começou, por seu turno, a reunir-se no Campo de Sancta-Anna toda a tropa de linha e miliciana do paiz, incluindo os regimentos dos Henriques e de Pardos, que então havia, e, além da mesma tropa, um sem-numero de cidadãos de todas as classes, cada qual armado como poudes, entrando neste numero muitos ecclesiasticos e até frades. E cumpre dizer que muitos dos principaes chefes, que ahi se encontraram, eram até filhos de Portugal, começando pelo ajudante-general Oliveira Alvares, que tomou a principio o commando (Varnhagen, 1916/1917, p. 136).

Nessa passagem, Varnhagen tenta elucidar, à sua maneira, a composição social do grupo formado por dez mil pessoas que estava presente no Campo de Santana. Apesar da abordagem usada, que busca destacar dentre as classes envolvidas alguns agrupamentos específicos, como acontece com os regimentos dos Henriques e de Pardos², evidenciados pelo autor dentro da tropa de linha e miliciana, outro aspecto chama a atenção. Utilizando-se de uma única palavra para gerar surpresa no leitor, Varnhagen cita a participação de alguns grupos de forma curiosa: “ecclesiasticos e até frades” e “muitos dos principaes chefes, que ahi se encontraram, eram até filhos de Portugal”. Dessa forma, graças a preposição “até”, funcionando aqui como advérbio, o autor deixa subentendido que a presença de alguns grupos no movimento foi uma surpresa. Teoricamente, frades não se envolviam em questões políticas e os portugueses não deveriam se posicionar contra as Cortes revolucionárias de seu país, principalmente assumindo a liderança desse tipo de mobilização. Com essa tática, Varnhagen reforça o discurso, tão presente na historiografia sobre o “Dia do Fico”, que atribui ao povo certa preferência pela permanência do príncipe.

Um dos pontos mais interessantes do trecho, os “cidadãos de todas as classes” não recebem a mesma atenção dada aos outros grupos. Descritos de forma generalizada, o leitor é impossibilitado de obter informações mais específicas sobre esses participantes. Não se sabe quem eram essas pessoas, quais seus papéis dentro da mobilização, seus interesses em lutar a favor de D. Pedro e suas ocupações. Esse aspecto, a diversidade de cidadãos reunidos em torno de um mesmo objetivo, poderia ser trabalhado de forma mais detalhada. Varnhagen continua a tratar do movimento do Campo de Santana:

Na manhã seguinte, achava-se elle de um lado, com parte da sua divisão, não chegando a contar com uns dous mil homens, ao passo que do lado contrario, no Campo de Sancta-Anna, se contavam mais de dez mil homens, mais ou menos bem armados, mas em todo caso contando com o apóio de quasi tantas peças como a

² Milícias formadas por homens negros e pardos, que, além da oportunidade de mudança social, conseguiam representação diante das autoridades, onde por intermédio da escrita faziam suas solicitações e queixas (Menim, 2015).

divisão, e servidas por artilharia de linha, e com suas guardas avançadas e sentinellas nas boccas das ruas, etc (Varnhagen, 1916/1917, p. 138).

Se referindo a Jorge de Avilez, líder da Divisão Auxiliadora, Varnhagen destaca nesse trecho a diferença militar existente entre os dois lados do conflito. Enquanto a adesão a favor do cumprimento da ordem das Cortes revolucionárias foi baixa, não chegando a contar com a participação de dois mil homens, o lado contrário, que lutava pela permanência do príncipe D. Pedro no Brasil, levou 10 mil pessoas ao Campo de Santana. A descrição das condições militares desse último grupo é um aspecto interessante, pois revela como dentre os “cidadãos de todas as classes” participantes também haviam homens com conhecimento de guerra. O uso de “quasi tantas peças como a divisão”, de artilharia de linha e de “sentinelas nas boccas das ruas”, implicava uma certa experiência militar, que, não sendo proveniente dos indivíduos das classes mais baixas, só poderia advir dos portugueses envolvidos, como o Ajudante-General Oliveira Alvares, citado no trecho analisado anteriormente. Essa descrição ainda deixa algumas perguntas sem respostas, já que, por exemplo, não informa sobre a origem dos armamentos utilizados pelos cidadãos, questionamento que pode ser feito por quem lê a obra.

Além dessas questões, essa passagem também apresenta marcas de subjetividade, característica da produção historiográfica de Varnhagen. Ao dizer que os dez mil homens estavam “mais ou menos bem armados”, o autor deixa o leitor perdido, já que não oferece certeza sobre nenhuma das duas afirmações. Capaz de informar de forma assertiva o número de participantes a favor do “Fico”, Varnhagen se perde ao tentar esclarecer quais eram as condições bélicas desse grupo. Segundo Cezar, essas marcas de subjetividade do autor faziam parte de uma estratégia retórica:

Na maior parte das vezes, *parece que*, com toda sua carga de dúvida, participa, paradoxalmente, de uma cadeia narrativa lógica, cuja função é assegurar a imparcialidade do historiador. Quando não havia certeza, mas ele também não queria omitir a informação, serviu-se do *parece que*. A subjetividade joga, nesse caso, a favor da objetividade narrativa (Cezar, 2018, p. 136/137, grifo do autor).

De forma geral, embora dedique uma boa quantidade de páginas ao movimento do Campo de Santana, Varnhagen não fornece muitas informações sobre o povo que se dispôs a enfrentar os militares portugueses. O autor foca nas questões políticas que envolveram o conflito, como sua resolução e a postura do príncipe diante desta situação, aspectos que, segundo seu julgamento, eram mais relevantes.

A próxima passagem analisada trata da visita que D. Pedro, ainda príncipe, fez a Minas Gerais em 1822. Sua trajetória é detalhada por Varnhagen no Capítulo V, “Desde a partida de Avilez até á profissão maçônica do príncipe, depois dos seus dous manifestos”, onde é possível verificar por quais cidades o regente passou e como ele foi recebido pelo povo em algumas delas. Nessa viagem, D. Pedro pretendia angariar apoio dos poderes locais contra as Cortes portuguesas, além disso, com relação à província mineira, “Eram demasiado alarmantes as notícias ultimamente dalli vindas” (Varnhagen, 1916/1917, p. 151). A Junta de Governo Provisória desse território mostrava-se cada vez mais arbitrária, temendo-se uma sublevação contra a capital, Vila Rica, em outras comarcas.

Após se encontrar com dois membros do Governo Provisório, que lhe prestaram homenagens, D. Pedro partiu em direção à capital: “Aproximava-se já da capital, quando foi informado de como ahi se formára um partido, insinuando até ao povo, debaixo de penas, o modo como, á sua entrada, devia dar-lhe vivas, sem o reconhecer como regente” (Varnhagen, 1916/1917, p. 153).

Com essa informação, o príncipe, sem querer sacrificar o povo e a tropa, suspendeu sua entrada em Vila Rica até que o Governo Provisório o reconhecesse como príncipe regente do Reino do Brasil e centro do poder executivo. Nesse trecho, encarregado de apresentar o plano dos rebeldes, percebe-se, novamente, a função desempenhada pela preposição “até”, utilizada para gerar certa surpresa no leitor, porém, o ponto mais interessante dessa citação relaciona-se com a forma como a população é retratada. O papel atribuído aos cidadãos pelos participantes do movimento na capital, o de “massa de manobra”, é reforçado por Varnhagen, que não aponta nenhuma iniciativa popular. A narrativa do autor desconsidera a capacidade do povo de agir de forma independente, destacando apenas a sua atribuição dentro da mobilização: instrumento capaz de intensificar as manifestações de repúdio contra D. Pedro. Dessa forma, o texto de Varnhagen não informa ao leitor qual foi a reação do povo às insinuações dos rebeldes, aspecto que, aparentemente, não era importante o suficiente para ser descrito na obra do autor. Detalhe, ao que tudo indica, o povo era para o escritor apenas um detalhe desinteressante.

O príncipe, após se encontrar com o governador militar, José Maria Pinto Peixoto, que se colocou como o responsável pela segurança do regente e de sua comitiva, adentrou na capital, sendo recebido entre aclamações do povo e repiques de sinos. Sem demora, D. Pedro tomou certas providências com relação aos responsáveis pelo movimento em Vila Rica: suspendeu o juiz de fora da província mineira e oficializou acusações contra Antonio José Ribeiro Fernandes Forbes e Caetano Machado de Magalhães, “[...] auctores do incendiario

motim que houvera naquella capital, antes e no proprio dia da entrada do principe, obrigando cidadãos pacificos a pegarem em armas e distribuindo-lhes polvora e bala [...]” (Varnhagen, 1916/1917, p. 155).

O aspecto percebido no último trecho analisado, o apagamento da iniciativa popular, aparece nessa passagem de forma explícita. Ao destacar os delitos cometidos pelos autores do movimento na capital mineira, Varnhagen acaba, novamente, desconsiderando a capacidade do povo de agir. Apesar do autor destacar que os cidadãos foram obrigados a pegarem em armas, o que significa que houve, em um primeiro momento, certa resistência em aceitar a ordem dos líderes do motim contra D. Pedro, Varnhagen não fornece mais informações sobre o posicionamento da população nessa situação. Dessa forma, sem evidenciar o quanto o povo resistiu, fica subentendido que, após essa objeção inicial, os cidadãos aceitaram sua condição, sem se opor de forma mais firme. Um povo pacífico, como Varnhagen caracteriza, não aceitaria esse tipo de ordem tão facilmente.

O uso de adjetivos pelo autor, percebido em algumas passagens, como “incendiario motim” e “cidadãos pacificos”, provavelmente era uma estratégia retórica. Lendo sobre um povo tranquilo que foi obrigado por um grupo rebelde a pegar em armas, o leitor, facilmente, se posicionaria contra os opositores de D. Pedro. Com esse *tropo* narrativo, bem *versus* mal, Varnhagen constrói uma interpretação que, ao atribuir ao movimento da capital mineira um caráter subversivo, favorece o príncipe, vítima, assim como a população, desses agitadores. Além disso, percebe-se, outra vez, a tentativa do autor de enfatizar o quanto o povo apoiava o regente, pois, a partir da forma como a mobilização de Vila Rica é apresentada, fica evidente como os habitantes se recusaram a participar das conspirações contra D. Pedro.

Em nenhum momento, Varnhagen colocou-se a questão de saber se o ato de adjetivar alguém ou uma situação qualquer relacionava-se ao domínio da subjetividade. O procedimento de adjetivação parece emanar da ordem do julgamento histórico, logo de um pressuposto legítimo do ofício do historiador oitocentista (Cezar, 2018, p. 141).

O próximo trecho, também encontrado no Capítulo V da *História da Independência do Brasil*, refere-se a uma mobilização que aconteceu na cidade de São Paulo no dia 23 de maio de 1822. Martim Francisco Ribeiro de Andrada, secretário da Junta Provisória daquela província e irmão de José Bonifácio, ao ser acusado de agir de maneira despótica, sempre tentando fazer prevalecer suas opiniões e propostas, ofendeu-se. Numa carta enviada ao patriarca da Independência, escrita por Martim Francisco ou por alguém ligado a ele, o secretário pedia que o governador da capitania de São Paulo, João Carlos de Oyenhausen, e o

ouvidor, José da Costa Carvalho, recebessem ordens de se retirarem para o Rio de Janeiro. Bonifácio, em portaria de 10 de maio, atendeu ao pedido do irmão, dessa forma, a presidência da Junta, antes nas mãos de Oyenhausen, recaiu sob Martim Francisco.

Conhecida pela cidade (*de S. Paulo*) semelhante resolução, atribuída logo a intrigas do próprio Martim Francisco, ocorreu no dia 23 um motim popular, em que se pedia que não saíssem de S. Paulo os dois mencionados cidadãos, e que, pelo contrário, deixassem de fazer parte da Junta o próprio Martim Francisco e outro adherente seu (Varnhagen, 1916/1917, p. 164/165, grifo do autor).

Varnhagen, nessa passagem, adota uma abordagem diferente da utilizada com relação ao movimento do Campo de Santana. Focando nos objetivos da revolta paulista, o autor deixa de lado as descrições sobre os participantes dessa mobilização. Dessa forma, não se sabe quem foram os responsáveis por esse “motim popular”, como o historiador caracteriza. Embora não tenhamos essas informações, é interessante observar como nesse trecho, diferentemente do que é notado nos dois fragmentos anteriores, o autor consegue inserir o povo dentro do jogo político, mostrando como os cidadãos são capazes de interferir nas decisões tomadas. Graças ao movimento do dia 23, Martim Francisco demitiu-se e deixou a cidade de São Paulo, conservando-se na Junta os dois homens mencionados na portaria de José Bonifácio.

Uma questão deve ser levada em conta ao se analisar esse trecho: Varnhagen tinha certa antipatia pelos Andradas. A impressão negativa que possuía de José Bonifácio o acompanhava desde a infância, quando encontrou-o no batismo de sua irmã, Gabriela Varnhagen, e amedrontou-se com a sua voz rouca. A aversão do historiador pelo estadista só aumentou quando ele, em um parecer que fizera da fábrica de São João de Ipanema, criticou a competência e a honestidade de seu pai, Friedrich de Varnhagen, diretor do empreendimento. Na *História da Independência do Brasil* é possível encontrar várias críticas dirigidas a Bonifácio. Fazendo referência ao período pós emancipação brasileira, Varnhagen acusou-o de ter se aproveitado da sua posição no governo para se vingar de seus inimigos políticos e de tentar converter à força o país a suas ideias (Cezar, 2018). Os irmãos do patriarca da Independência também não escaparam do julgamento do historiador, que, tomando como base a *História do Brasil* de John Armitage, acusou-os de planejar a dissolução da Assembleia Constituinte de 1823. Sobre Bonifácio, especificamente, Varnhagen confirmou o seu envolvimento no plano com base em provas obtidas através de conversas com pessoas imparciais e dignas de fé. Os Andradas, “De sustentadores da monarquia, que eram, quando

no poder, os ministros saídos tornaram-se, fôra delle, democratas, facciosos, demagogos e revolucionarios” (Varnhagen, 1916/1917, p. 264).

Dessa forma, deve-se considerar a possibilidade de que Varnhagen, guiado pelos seus sentimentos, foi parcial ao escrever sobre esse motim contra os Andradas. Nessa conjuntura, esse movimento popular só teria alguma importância dentro da sua narrativa ao passo que se posicionava contra os desmandos de Bonifácio e de seus irmãos. A partir dessa hipótese, as escolhas feitas pelo autor, que preferiu destacar os objetivos dessa revolta ao invés de descrever de forma mais detalhada quem estava envolvido nela, devem ser questionadas. Reflexo de seus interesses, sua abordagem deixa evidente como o caráter popular da mobilização não lhe atraía, mas sim os seus propósitos, contrários às aspirações dos Andradas, o que reforça a presença de certa subjetividade em sua escrita. Embora o povo seja inserido dentro do jogo político, esse aspecto esvazia-se de sentido ao se observar qual era, provavelmente, a intenção do autor: destacar como as decisões tomadas pelos seus desafetos eram impopulares. Além disso, o fato de utilizar provas de origem duvidosa para comprovar a participação de Bonifácio no plano de dissolução da Assembleia Constituinte arquitetado pelos seus irmãos, revela como, para Varnhagen, aparentemente, era mais importante construir uma imagem negativa dos Andradas do que preservar certa imparcialidade. Enfim, “Não é fácil lidar cientificamente com os sentimentos” (Freud *apud* Cezar, 2018, p. 147).

3.2 - Um vislumbre da História Geral do Brasil de Varnhagen

A *História Geral do Brasil*, considerada a obra mais relevante de Varnhagen, foi publicada em dois volumes, nos anos de 1854 e 1857, com reedição revista, aos cuidados do autor, em 1877. O trabalho começa tratando das navegações portuguesas e conclui aludindo à proclamação de D. Pedro como Imperador, porém, destacou-se, principalmente, pela sua abordagem da história dos holandeses no Brasil.

Presente no capítulo LII do 2º tomo, o primeiro trecho analisado refere-se à Revolução Pernambucana, agitação revolucionária que ocorreu em 1817, sendo influenciada pelas ideias libertárias do Iluminismo e pelo contexto de desagregação dos impérios coloniais no Novo Mundo. Com a formação de um Governo Provisório, várias providências legais foram tomadas para garantir os direitos à cidadania e as liberdades individuais. Sobre a escravidão, a intenção era extinguir gradualmente o cativeiro (Souza, 2022). Essa mobilização “[...] se destaca não só por ter sido o primeiro movimento efetivo no sentido da independência do Brasil, mas também porque foi a única insurreição anticolonial que conseguiu tomar o poder

em toda história da monarquia portuguesa. O novo país foi soberano durante 74 dias” (Souza, 2022).

Varnhagen, historiador de caráter conservador, era contra qualquer tipo de revolução. Dessa forma, não economizou ao criticar o movimento pernambucano, esse acontecimento desastroso, mas que, segundo o autor, acabou produzindo um efeito benéfico, pois foi capaz de “[...] demonstrar ao povo do Brasil que as reformas nunca se devem procurar por meios injustos, quaes são os da opposição de força ao governo e effusão de sangue” (Varnhagen, 1877, p. 1138). Além disso, Varnhagen evidenciou como essa mobilização não foi eficiente ao inspirar sentimentos de heroísmo e de justiça, essenciais para entusiasmar o povo. Assim, “Segundo uma testemunha insuspeita, que então se encontrava no Rio, o inglez Luccock, todo o povo recebeu ahí com indignação a notícia da sublevação de Pernambuco; e por toda a parte se manifestava grande enthusiasmo em favor da causa de ordem e do bom rei” (Varnhagen, 1877, p. 1142).

Analisando essa passagem, percebe-se como alguns aspectos presentes na *História da Independência do Brasil* também podem ser encontrados nessa outra obra de Varnhagen. A primeira semelhança relaciona-se com a posição política popular, que, assim como em vários trechos analisados na última seção, aqui, da mesma forma, se mostra muito favorável à causa portuguesa. Aparentemente, o povo, sempre que é apresentado nos trabalhos do autor como capaz de pensar de forma autônoma, se posiciona a favor dos lusitanos. Além disso, o uso de adjetivos pelo historiador para definir um grupo ou indivíduo, já apontado na análise da sua obra publicada postumamente, também pode ser notado nesse fragmento, pois o rei é apresentado como um bom governante.

Outra questão importante a ser mencionada aborda o caráter das fontes utilizadas por Varnhagen. Embora esse ponto não tenha aparecido diretamente nas passagens analisadas na última seção, ficou evidente, a partir dos trechos lidos e que se referiam aos Andradas, como o autor não via problemas em utilizar fontes controversas para comprovar a veracidade de algumas informações. Dessa forma, assim como observado na *História da Independência*, nesse trecho da *História Geral* também percebe-se a tendência de Varnhagen de confiar em uma fonte apenas por acreditar ser ela digna de fé. A testemunha, o comerciante inglês John Luccock, é insuspeita para o autor, mas o leitor não recebe explicações racionais do motivo dessa confiança depositada por Varnhagen nas impressões do britânico. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), instituição responsável pela historiografia brasileira, não tomava esse aspecto como erro teórico ou metodológico. Assim, “[...] o silêncio da crítica historiográfica autoriza essa maneira de escrever a história e esse discurso de prova, no qual o

jogo retórico e o exercício de persuasão tornam-se condições necessárias à consolidação do conhecimento” (Cezar, 2018, p. 168/169).

Encontrado na seção XXXVII do 2º tomo, o último trecho da *História Geral* analisado aborda um movimento ocorrido no Nordeste durante o final do século XVII. A atuação da Companhia de Comércio do Maranhão, criada em 1682 e que deveria operar por vinte anos, possuindo o monopólio do comércio de certos produtos e sendo responsável por introduzir na província dez mil escravizados, causava insatisfação:

[...] pela não entrada dos escravos prometidos, que, quando vinham, eram vendidos por preços superiores aos previstos. As mercadorias importadas se apresentavam de má qualidade e os produtos da terra eram pagos por preços baixos. Tal situação criava e agravava um mal-estar econômico, daí nascendo a idéia revolucionária que se consubstanciou no movimento chefiado por Manuel Bequimão (Diégues Júnior, 1950, p. 322/323).

Dessa forma, com a ausência do governador, que havia viajado para o Pará com a intenção de também pôr em vigor a Companhia de Comércio por lá, organizou-se o movimento:

O clamor era geral, e até do púlpito disse, com grandes aplausos, um pregador que o remédio a tantos males estava nas próprias mãos do povo. Em vez de dar alguma providencia, o capitão mor encolhia-se, e a idéa de uma revolução, que não podia deixar de triunfar, tomava corpo. Reunidos em grande número os conspiradores na cerca do convento de santo Antônio, na véspera de sexta feira de Passos, em que o povo em massa se reunira na cidade, 24 de fevereiro de 1684, foi ahi lançado o grito, sendo os principaes cabeças da sedição o portuguez Manuel Bequimão, senhor de engenho no Meary, e cuja palavra era fascinadora para o povo,- e seu irmão Thomaz Bequimão, poeta satyrico, advogado por inclinação, durante os doze annos anteriores, e que ia, por uma carta regia assignada justamente duas semanas depois do dia em que estalava a revolução, ser legalmente confirmado neste exercicio (Varnhagen, 1877, p. 776/777).

Esse trecho revela a força dessa mobilização contra a Companhia de Comércio. Segundo a descrição de Varnhagen, a ideia de uma revolução tomava corpo, o que evidencia como os cidadãos estavam decididos a mudar sua realidade. Porém, a forma como o autor apresenta o discurso de um dos líderes do movimento, “[...] cuja palavra era fascinadora para o povo [...]”, gera certa ambiguidade. O historiador queria destacar como esse discurso atraía o público ou como deslumbrava, dominando através de certo encantamento? A dúvida não é esclarecida, sua resposta segue indecifrável, já que o critério adotado por um autor para escolher as palavras que ele irá usar em sua obra é algo muito pessoal. Apesar dessa questão, nesse fragmento é possível perceber a capacidade do povo de lutar por causas que lhes afetam

diretamente, não saindo em defesa, apenas, como notado em muitos trechos analisados anteriormente, do rei e da Coroa portuguesa. Os cidadãos, aqui, lutam por si mesmos.

Varnhagen continua descrevendo o movimento. Segundo ele, foi logo preso o capitão-mor, deposto o governador e extinta a Companhia de Comércio do Maranhão.

Como tantas vezes succede nas revoluções, ao entusiasmo seguiu-se a calma; a esta a frieza, com suas queixas e descontentamentos, prelúdios da reacção. — A tropa foi a primeira a separar-se dos sublevados; e o povo, a pretexto de não querer metter-se em trabalhos, succumbiu. O certo é que á chegada do novo governador Gomes Freire de Andrada, nomeado pela Corte para aplacar a sedição, todos se submeteram, sem alguma fôrma de capitulação ou amnistia, como ainda pretendeu Manuel Bequimão, com que ao menos podessem poupar as vidas (Varnhagen, 1877, p. 778).

Desse modo, a vontade do povo de lutar contra a realidade injusta, apresentada inicialmente, some nessa passagem, transformando-se em resignação. A população, que antes se organizava em uma mobilização quase revolucionária, aparentemente, perdeu a disposição de enfrentar o governo.

Portanto, a comparação dos trechos da *História da Independência* com alguns fragmentos da *História Geral* não revelou diferenças profundas. A abordagem adotada por Varnhagen para tratar dos movimentos populares é bem similar nas duas obras, já que fica evidente como alguns aspectos encontrados no seu trabalho póstumo também podem ser notados no seu escrito mais famoso. Uma das poucas diferenças percebidas, essa vontade do povo de lutar por si mesmo, é apresentada, segundo a narrativa de Varnhagen, como um sentimento efêmero. Alguns parágrafos após destacar como o movimento de Manuel Bequimão estava em vias de se tornar uma revolução, o autor já evidencia como os cidadãos se dispersaram, deixando subentendido que, para a população, a luta já não importava mais. Apesar disso, é válido considerar esse pequeno aspecto como uma diferença encontrada entre as duas obras comparadas, pois, mesmo que momentaneamente, Varnhagen conseguiu mostrar como o povo também entrava em conflito pelas suas próprias causas.

4 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho pretendeu compreender como Varnhagen, historiador considerado um dos pilares da cadeia historiográfica brasileira, representou as classes populares na obra *História da Independência do Brasil*. A atuação política das camadas menos abastadas da sociedade não foi um tema que despertou grande interesse nos intelectuais do século XIX, desse modo, essa pesquisa, assim como tantas outras que fazem parte desse esforço já em curso na historiografia nacional, empenha-se em destacar a participação popular no processo de Independência. A partir das análises feitas dos trechos da obra de Varnhagen e de uma pequena comparação com sua *História Geral do Brasil*, certos padrões ficaram evidentes em seus escritos.

As hipóteses apontadas anteriormente foram confirmadas. Realmente o comprometimento de Varnhagen com os propósitos nacionalistas do Estado, além da sua posição social privilegiada, afetaram sua escrita, já que a forma como o historiador representava o povo em seu trabalho dependia dos seus interesses. “Não era possível contar a história de seu tempo sem estar nela [...]. Como historiador do tempo presente, Varnhagen escreveu a história a partir dele mesmo, como se fosse o centro da escrita, da história” (Cezar, 2018, p. 175). No geral, o autor procurava ressaltar como o apoio popular estava do lado “certo” da história, ou seja, segundo suas convicções, do lado de D. Pedro e da nação brasileira.

Assim, fica evidente como havia um lugar, complexo e específico, para o povo na interpretação histórica de Varnhagen. De forma curiosa, o autor consegue misturar o silenciamento da participação popular de caráter revolucionário com metáforas e formas narrativas específicas que revelam a presença dos cidadãos nos processos políticos. Desse modo, a atuação das camadas populares é identificável, mas a maneira como o autor insere esse público nos seus trabalhos não permite uma compreensão aprofundada de vários aspectos relevantes. Limitando as informações oferecidas sobre esses movimentos, o historiador consegue construir uma interpretação que favorece seus interesses, mas sem deixar de lado a participação popular. Portanto, no caso de Varnhagen, o apagamento da atuação política das classes menos abastadas da sociedade não é explícito, embora o historiador use de forma recorrente a palavra “povo” em suas obras, é nas entrelinhas que se esconde o caráter conservador de sua narrativa.

Com relação aos objetivos, além da possibilidade de compreender como a questão da mobilização popular é abordada por Varnhagen em sua obra, este trabalho contribuiu para o

entendimento de que variados atores sociais foram importantes para o processo de emancipação, normalmente visto pela sociedade brasileira como elitista. Dessa forma, a noção de que os detentores do poder conduzem sozinhos a nação, restando às classes subalternas assistir passivamente à construção da história, pode ser contestada. Também foi possível perceber como o conceito de “fato histórico” se transformou em relação à tradição historiográfica colonial e do Antigo Regime, passando a englobar de um modo bastante específico eventos relacionados aos movimentos populares.

É interessante notar como, através dos trechos analisados, também conseguimos identificar outros aspectos relacionados com a prática historiográfica de Varnhagen. Percebe-se a sua mania de adjetivar personagens e movimentos, certo desprendimento com relação ao princípio de imparcialidade e a presença de evidentes marcas de subjetividade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**. São Paulo: Companhia das Letras, v. 305, 2008.

BARROS, José D. Assunção. Ranke: considerações sobre sua obra e modelo historiográfico. **Diálogos-Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História**, v. 17, n. 3, p. 977-1005, 2013.

CEZAR, Temístocles. **Ser historiador no século XIX: o caso Varnhagen**. Autêntica, 2018.

DIÉGUES JÚNIOR, Manuel. As companhias privilegiadas no comércio colonial. **Revista de História**, v. 1, n. 3, p. 309-337, 1950.

GEARY, Patrick J. **O mito das nações: a invenção do nacionalismo**. Conrad Ed. do Brasil, 2005.

GUIMARÃES, Manoel Luis Lima Salgado. Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 5-27, jan. 1988. ISSN 2178-1494. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1935/1074>

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO. A publicação da “História da Independência” do Visconde de Porto Seguro, pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. *In*: VARNHAGEN, F. A. de. **Historia da Independencia do Brasil, até ao reconhecimento pela antiga metropole, compreendendo, separadamente, a dos sucessos ocorridos em algumas provincias até essa data**. Revista do IHGB, 1916/1917, n.79, p.5-598.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto Editora; Editora PUC Rio, 2006.

MAGALHÃES, Ana Paula Tavares. A historiografia alemã do século XIX: política e poder na construção do “mito da nação”. **Revista Ágora**, n. 30, p. 192-208, 2019.

MENIM, Francielly Giachini Barbosa. Institucionalização de tropas de pretos e pardos nas capitâneas da Bahia e do Rio de Janeiro - século XVIII. *In*: CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA, VII, 2015, Maringá. **Anais eletrônicos** [...] Maringá, 2015, p. 2433 - 2443.

PEREIRA, Airton dos Reis. A arte de inventar o passado: a presença da retórica no campo da historiografia. **Revista Ribanceira**, v. 1, n. 3, p. 5-18, 2014.

RANKE, Leopold von. “O Conceito de História Universal”. *In*. MARTINS, Estevão de Rezende (org). **A História Pensada: Teoria, Método e Historiografia**. São Paulo: Contexto: 2010. p. 202-213.

SALOMÃO, Ivan Colangelo. **Raízes históricas do nacionalismo brasileiro: da colônia ao Estado Novo**. Dimensões - Revista de História da UFES, p. 244-265, 2017.

SOUZA, George F. Cabral de. Agitação revolucionária em Pernambuco durante o processo de Independência (1817-1824). Movimentos influenciados por ideias libertárias fez com que região tomasse o poder e se separasse de Portugal, esquentando caminho para tornar o Brasil independente. **Cienc. Cult.**, São Paulo, v. 74, n. 1, p. 1-7, Mar. 2022. Disponível em: < http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252022000100003&lng=en&nrm=iso >. Acesso em: 05 Jan. 2024. <http://dx.doi.org/10.5935/2317-6660.20220003>.

SUZUKI, Shin. José Bonifácio: como ‘patriarca da Independência’ teve projeto de país rejeitado e acabou amargurado. **BBB News Brasil**, São Paulo, 6 set. 2022. Disponível em: < <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-62669105> >. Acesso em: 05 dez. 2023

THIESSE, Anne-Marie. **A criação das identidades nacionais: Europa, séculos XVIII-XX**. Temas e debates, 2000.

TITAN JUNIOR, Samuel. Que é uma nação?, de Ernest Renan. **Plural**, v. 4, n. 1, p. 154-175, 1997.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Historia da Independencia do Brasil, até ao reconhecimento pela antiga metropole, compreendendo, separadamente, a dos sucessos occorridos em algumas provincias até essa data**. Revista do IHGB, 1916/1917, n.79, p.5-598.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Historia Geral do Brazil, antes de sua separação de Portugal**. 2. ed. Vienna: E. & H. Laemmert, 1877. 2 v. 1260 p., 14 fls. grav.

ANEXOS

**ANEXO A - ATIVIDADE DIDÁTICA PRODUZIDA SOBRE A TEMÁTICA
ANALISADA NESTE TRABALHO**

NÍVEL: Ensino Médio		ANO: 3º ano
UNIDADE TEMÁTICA/DE PLANEJAMENTO: Política e Trabalho (BNCC)		
DURAÇÃO: 100 minutos (1 hora e 40 minutos)		
TÍTULO DA AULA: Os dez mil do Campo de Santana		
OBJETIVOS DA AULA	CONTEÚDO DA AULA	ATIVIDADES DA AULA
<p>1. Contribuir para a compreensão da importância da participação popular no processo de Independência, normalmente visto acriticamente na sociedade brasileira como elitista e pacífico.</p> <p>2. Compreender como o movimento no Campo de Santana ocorreu.</p> <p>3. Compreender como a atuação popular foi narrada, interpretada e julgada pela historiografia conservadora do século XIX brasileiro.</p> <p>4. Incentivar o desenvolvimento do pensamento crítico.</p>	<p>- Os dez mil do Campo de Santana: o que aconteceu dia 11 de janeiro de 1822?</p> <p>- Participação popular no processo de Independência.</p> <p>- Os historiadores do século XIX e o povo em suas narrativas.</p>	<p>Parte I</p> <p>- Aula expositiva (30 min): o docente deve esclarecer como o movimento do Campo de Santana ocorreu. A partir disso, o discente irá compreender como o processo de Independência também envolveu a participação popular.</p> <p>Parte II</p> <p>- Aula expositiva (35 min): nessa segunda parte da aula, o foco recai sobre a maneira como os historiadores escrevem a História. Utilizando como exemplo os intelectuais do século XIX, o docente deve fazer o aluno refletir sobre como as narrativas históricas, no geral, não são produzidas de forma imparcial. Os autores oitocentistas, pertencentes a classes privilegiadas da sociedade, em seus</p>

NÍVEL: Ensino Médio		ANO: 3º ano
UNIDADE TEMÁTICA/DE PLANEJAMENTO: Política e Trabalho (BNCC)		
DURAÇÃO: 100 minutos (1 hora e 40 minutos)		
TÍTULO DA AULA: Os dez mil do Campo de Santana		
OBJETIVOS DA AULA	CONTEÚDO DA AULA	ATIVIDADES DA AULA
		<p>escritos, reproduziam uma interpretação elitista da história, apagando a atuação popular. Dessa forma, o discente compreenderá a importância de analisar criticamente obras que tratam da história do país.</p> <p>- Atividade final (35 min): levando em conta as reflexões feitas durante a aula expositiva, os alunos devem produzir um pequeno texto sobre os conteúdos aprendidos durante a aula, passando para o papel suas impressões e observações sobre os temas tratados.</p>
<p>AVALIAÇÃO: A partir dos textos produzidos, o professor irá verificar se os alunos conseguiram absorver o conteúdo da aula expositiva. Os trabalhos devem demonstrar que o estudante compreendeu a importância da participação popular no processo de emancipação brasileiro e que, além disso, conseguiu entender a relevância de se analisar todo o contexto que envolveu a produção de uma obra historiográfica.</p>		
<p>BIBLIOGRAFIA:</p> <p>VARNHAGEN, F. A. de. Historia da Independencia do Brasil, até ao reconhecimento pela antiga metropole, compreendendo, separadamente, a dos sucessos ocorridos em algumas provincias até essa data. Revista do IHGB, 1916/1917, n.79, p.5-598.</p> <p>ABREU E LIMA. Compêndio da História do Brasil. Rio de Janeiro: Laemmert, 1843a. 2 t.</p>		